



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA QUADRICÓPTEROS TIPO DRONE VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de baterias e acessórios para aeronaves teleguiadas tipo *drone* para o uso dos servidores lotados na área de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será composta por 05 (cinco) itens, conforme descrição e quantitativo apresentados no quadro abaixo:

Descrição e quantitativos gerais

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR ESTIMADO DA CONTRAÇÃO
1	Bateria DJI Mavic Air	N/A	UNIDADE	02	R\$ 1.176,12
2	Bateria DJI Mavic Pro	N/A	UNIDADE	07	R\$ 5.514,70
3	Bateria DJI Phantom 3	N/A	UNIDADE	02	R\$ 1.838,10
4	Bateria DJI Phantom 4	N/A	UNIDADE	02	R\$ 2.560,58
5	Hub de Carregamento DJI Phantom 4	N/A	UNIDADE	01	R\$ 260,19
-	TOTAL	-	-	-	R\$ 11.349,69

1.3. Os preços foram estimados por meio de pesquisa em mídia especializada - contendo data e hora de acesso -, conforme exigências do inciso III do art. 2º da IN nº 3, de 20/04/2017. Foram anexados aos autos orçamentos de 3 (três) fornecedores distintos, conforme documentos SEI ([0860432](#), [0860437](#), [0860452](#), [0860455](#), [0860457](#)). Não foi possível realizar a pesquisa de preços mediante a utilização do do Painel de Preços, pois considerando as especificidades do itens pretendidos, não foram identificadas compras referentes aos itens objeto do certame.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

1.5. Relativo aos itens objeto do certame, esses deverão possuir as seguintes especificações:

ORDEM	ITEM	
1	BATERIA DJI MAVIC AIR	DESCRIÇÃO DETALHADA
	DURAÇÃO DE VOO	ATÉ 21 MINUTOS
	CAPACIDADE	2375 MAH
	VOLTAGEM	11.5V, MAX 13.2V
	TIPO	LIPO 3S
2	BATERIA DJI MAVIC PRO	DESCRIÇÃO

		DETALHADA
	DURAÇÃO DE VOO	ATÉ 27 MINUTOS
	CAPACIDADE	3830 MAH
	VOLTAGEM	11.4V
	TIPO	LIPO 3S
3	BATERIA DJI PHANTOM 3	DESCRIÇÃO DETALHADA
	DURAÇÃO DE VOO	ATÉ 23 MINUTOS
	CAPACIDADE	4480 MAH
	VOLTAGEM	15.2V
	TIPO	LIPO 4S
4	BATERIA DJI PHANTOM 4	DESCRIÇÃO DETALHADA
	DURAÇÃO DE VOO	ATÉ 30 MINUTOS
	CAPACIDADE	5870 MAH
	VOLTAGEM	15.2V
	TIPO	LIPO 4S
5	HUB DE CARREGAMENTO DJI PHANTOM 4	DESCRIÇÃO DETALHADA
	MODELO DE BATERIA COMPATÍVEL	5870 MAH, LIPO 4S
	MÍNIMO DE BATERIAS PARA CARREGAMENTO	03 (TRÊS) BATERIAS

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Aquisição das baterias supracitadas tem como objetivo viabilizar o uso de 04 (quatro) aeronaves teleguiadas tipo *drone* em posse desta Agência. Insta salientar que do quantitativo total dessas aeronaves, 02 (duas) foram doadas pela Receita Federal do Brasil (SEI nº [0807864](#)) e 02 (duas) foram cedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (SEI nº [0687564](#)).

2.2. O uso desses equipamentos tem como objetivo garantir o aumento da eficácia das ações fiscais da ANTAQ bem como propiciar melhores condições de trabalho aos servidores envolvidos nessas atividades. Sendo assim, ambos os itens objeto do certame - baterias e hub de carregamento - têm como objetivo propiciar o pleno uso dos drones de modo eficiente e ininterrupto.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de uma aquisição de produtos comuns, pois seus padrões e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita exclusivamente com base no menor preço ofertado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da comunicação da ANTAQ, para a entrega de todo o material especificado neste termo de referência, no seguinte endereço: Setor de Edifícios Públicos Norte (SEPN) - Comércio Residencial Norte, quadra 514, Edifício Antaq - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70760-545.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

5.1. Todos os itens devem possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, contada a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.2. Quaisquer defeitos de fabricação nos produtos ofertados, durante a vida útil e condições normais de utilização, tais como rasgos, desbotamento e manchas e rompimento de costuras e outros, deverá ser repostos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.3. O produto substituído deverá ser igual ao fornecido anteriormente, ou se o mesmo tiver sido descontinuado, deverá ser substituído por outro de qualidade e desempenho iguais ou superiores, para tanto a CONTRATADA deverá enviar uma amostra para aprovação prévia pela ANTAQ.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as

indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS

8.1. Em consonância ao disposto no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) de 19 de janeiro de 2010.

8.1.1. Ser constituídos, no todo ou em partes, por material reciclado, atóxico, biodegradável;

8.1.2. Ser acondicionado em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, se houver.

8.1.3. Zelar pelo fiel cumprimento das regras instituídas pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária da ANTAQ no que concerne à eliminação de resíduos;

8.2. A ANTAQ deverá, sempre que possível, dar preferência aos licitantes que adotem marcas de empresas que adotem práticas de sustentabilidade ambiental, tais como: utilização de madeira de reflorestamento, materiais recicláveis, mão-de-obra legalizada, etc.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

11.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

11.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

11.1.3. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

11.1.4. Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o Art. 6º da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.1.6. não mantiver a proposta.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

13.2.2. Multa de:

13.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

13.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

13.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

13.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unanimidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	03
4	Recusar-se executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 13.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **Levi Belem Teles, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários**, em 30/09/2019, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **0857548** e o código CRC **3D5B8FFD**.

Referência: Processo nº 50300.015977/2019-33

SEI nº 0857548

Criado por [Levi.Teles](#), versão 21 por [Levi.Teles](#) em 19/09/2019 09:10:44.